



**Kinross Brasil Mineração S.A.**

CNPJ/MF nº 20.346.524/0001-46

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Balancos Patrimoniais		Passivo	Nota	Demonstração do Resultado	
		2024	2023			2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.093.942	333.141	Fornecedores e contas a pagar	12	369.234	407.657
Contas a receber		984	6.346	Imposto de renda e contribuição social a recolher		825.832	343.270
Estoques	8	807.287	537.474	Outros tributos a recolher		34.505	30.289
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.579	10.289	Salários e encargos sociais		109.284	90.679
Tributos a recuperar	9	113.722	86.435	Provisão para fechamento de mina	14	90.909	58.270
Instrumentos financeiros derivativos	22	2	26.353	Instrumentos financeiros derivativos		37.398	-
Outros ativos circulantes	10	57.428	84.424	Obrigações a pagar com partes relacionadas	19.2	900.990	145.308
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.083.944</b>	<b>1.084.462</b>	Outros passivos circulantes		7.137	7.482
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.375.289</b>	<b>1.082.955</b>
Realizável a longo prazo				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	13.3	62.134	46.442	Provisão para fechamento de mina	14	668.514	509.909
Estoques	8	308.983	236.104	Instrumentos financeiros derivativos		16.833	-
Tributos a recuperar	9	164.803	142.916	Provisões para contingências	13	227.210	210.797
Outros ativos não circulantes	10	27.323	19.157	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.1	1.331.698	744.962
Mútuos com partes relacionadas	19	24.654	15.577	Outros passivos não circulantes		31.433	10.816
		<b>587.897</b>	<b>460.196</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.275.688</b>	<b>1.476.484</b>
Imobilizado	11	8.917.092	7.167.547	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	11	200.038	163.773	Capital social	17.1	437.756	437.756
		<b>9.117.130</b>	<b>7.331.320</b>	Reservas de capital		57.851	45.990
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>9.705.027</b>	<b>7.791.516</b>	Reserva legal		87.551	196.858
				Reserva de lucros		115.496	1.204.231
				Ajuste acumulado de conversão	17.3	6.471.735	4.415.962
				Ajuste de avaliação patrimonial		(32.395)	15.742
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>7.137.994</b>	<b>6.316.539</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.788.971</b>	<b>8.875.978</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>11.788.971</b>	<b>8.875.978</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de	Nota	Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido							Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva especial	Ajuste de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial		
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.869.646</b>	<b>39.896</b>	<b>196.858</b>	<b>957.290</b>	<b>136.024</b>	<b>5.065.379</b>	<b>9.070</b>	<b>8.274.163</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.761.678	
Redução do capital social	17.1	(1.431.890)	-	-	-	-	-	-	(1.431.890)	
RSU outorgadas no exercício	17.2	-	6.094	-	-	-	-	-	6.094	
Ajuste acumulado de conversão	17.3	-	-	-	-	-	(649.417)	-	(649.417)	
Instrumentos financeiros a valor justo	17.4	-	-	-	-	6.672	-	-	6.672	
Dividendos	19.2	-	-	-	(956.979)	(136.024)	-	-	(1.093.003)	
Juros sobre o capital próprio	19.2	-	-	-	(387.609)	-	-	-	(170.149)	
Constituição de reservas		-	-	-	1.591.529	-	-	-	(1.591.529)	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>437.756</b>	<b>45.990</b>	<b>196.858</b>	<b>1.204.231</b>	<b>-</b>	<b>4.415.962</b>	<b>15.742</b>	<b>6.316.539</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.079.958	
RSU outorgadas no exercício	17.2	-	11.861	-	-	-	-	-	11.861	
Ajuste acumulado de conversão	17.3	-	-	-	-	-	2.055.773	-	2.055.773	
Instrumentos financeiros a valor justo	17.4	-	-	-	-	(47.796)	-	-	(47.796)	
Instrumentos de capital a valor justo	17.4	-	-	-	-	(341)	-	-	(341)	
Dividendos declarados	19.2	-	-	-	(2.278.000)	-	-	-	(2.278.000)	
Redução por excesso ao limite legal		-	-	(109.307)	109.307	-	-	-	-	
Constituição de reservas		-	-	-	1.079.958	-	-	-	(1.079.958)	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>437.756</b>	<b>57.851</b>	<b>87.551</b>	<b>115.496</b>	<b>-</b>	<b>6.471.735</b>	<b>(32.395)</b>	<b>7.137.994</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional** – A Kinross Brasil Mineração S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sua matriz localizada em Paracatu e com escritório administrativo em Belo Horizonte, ambos em Minas Gerais. As instalações da Companhia compreendem uma mina a céu aberto – denominada Morro do Ouro, duas usinas de beneficiamento, duas áreas para armazenamento de rejeitos localizados em Paracatu – Minas Gerais, além de duas usinas hidrelétricas, sendo uma no município de Caçu e outra no município de Cachoeira Alta, ambas no Estado de Goiás. A Companhia tem por objeto: (a) Realizar o aproveitamento de jazidas minerais através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (b) Produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; (c) Promover e executar, atendidas as formalidades legais, todas e quaisquer atividades relacionadas ou necessárias, direta ou indiretamente, à consecução do seu objeto, inclusive importação ou exportação de quaisquer produtos ou mercadorias, e execução de quaisquer outras atividades que possam ser consideradas como secundárias ou correlatas com o seu objeto; (d) Prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no Exterior; (e) Constituir ou participar, diretamente ou indiretamente, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, majoritária ou minoritariamente, cujos objetos sociais sejam vinculados ou acessórios ao seu objeto social. A Companhia é subsidiária integral do grupo Kinross Gold Corporation, sediado em Toronto, Canadá, e com ações listadas nas bolsas de Toronto (TSX) e Nova York (NYSE). A produção de ouro da Companhia é comercializada, substancialmente, no mercado externo, inclusive a prata extraída como subproduto do ouro. Os recursos geológicos prováveis e provados são de cerca de 4.887 milhões de onças de ouro (Não auditado). A produção equivalente de ouro para o exercício de 2024 foi de 528.574 onças (2023 – 587.999 onças). **2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Contábeis Internacionais – IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 16 de abril de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis sob as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas: **• Provisão para contingências** – Nota explicativa 13: As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. **• Depreciação, exaustão e amortização** – Nota explicativa 11: Há um julgamento significativo envolvido na determinação das vidas úteis e valores residuais para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização, e não há garantia de que as vidas úteis e valores residuais reais não diferirão significativamente das suposições atuais. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Provisão para obsolescência dos estoques** – Nota explicativa 8: mensuração da provisão para perda de estoques com base nos valores líquidos de realização; **• Reservas minerais e vida útil das minas** – Nota explicativa 11: As estimativas de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e da depreciação dos ativos que são depreciados com base nas unidades produzidas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de impairment. **• Provisão para fechamento de mina** – Nota explicativa 14: A Companhia avalia sua provisão para fechamento de mina anualmente ou quando novas informações relevantes se tornam disponíveis. As atividades de mineração e exploração estão sujeitas a diversas leis e regulamentações que regem a proteção do meio ambiente. Em geral, essas leis e regulamentações estão em constante mudança. A contabilização das obrigações de recuperação requer que a administração faça estimativas dos custos futuros que a Companhia incorrerá para concluir o trabalho de recuperação e remediação necessário para cumprir as leis e regulamentações existentes. Os custos reais incorridos podem diferir dos valores estimados. Além disso, alterações futuras nas leis e regulamentações ambientais podem aumentar a extensão do trabalho de recuperação e remediação exigidos à Companhia. Aumentos nos custos futuros podem impactar significativamente os valores a serem gastos para recuperação, remediação e fechamento de mina. A provisão representa a melhor estimativa da administração do valor presente da obrigação futura. Os gastos futuros reais podem diferir dos valores atualmente fornecidos. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), e a moeda funcional da Companhia é o Dólar Americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das políticas contábeis materiais – 3.1. Políticas contábeis materiais: (i) Transações e saldos:** Transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda diferente da moeda funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da moeda funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras foram convertidas para R\$ (reais), como moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos: **• Os saldos das contas de ativo e passivo para cada item do balanço patrimonial foram convertidos utilizando a taxa cambial de fechamento disponível no final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2024 US\$ 1,00 equivale a R\$ 6,1923 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 4,8413);** **• O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme conver-**

Receita líquida de vendas	Nota	Demonstração do Resultado Abrangente	
		2024	2023
Receita líquida de vendas	20	6.636.334	5.543.724
Custo dos produtos vendidos	21	(3.857.362)	(3.495.454)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.778.972</b>	<b>2.048.270</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(20.334)	(18.685)
Gastos com desenvolvimento de projetos e exploração		(44.343)	(29.543)
Outras despesas operacionais, líquidas		(49.975)	(28.482)
<b>Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>2.664.320</b>	<b>1.973.560</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras		26.517	87.563
Despesas financeiras		(51.686)	(37.055)
Variações cambiais, líquidas		137.793	(22.859)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.776.944</b>	<b>2.001.209</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.2	(1.696.986)	(239.531)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.079.958</b>	<b>1.761.678</b>
Lucro por ação		2,87	4,68
Quantidade de ações ao final do exercício	17.1	376.708	376.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ajuste de conversão da moeda funcional para a moeda de apresentação	Nota	Demonstração do Resultado Abrangente	
		2024	2023
Ajuste de conversão da moeda funcional para a moeda de apresentação	17.3	2.055.773	(649.417)
Variação no valor justo de instrumentos de capital		(517)	-
Imposto diferido sobre variação no valor justo de instrumentos de capital		176	-
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>			
Hedge de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo		(72.418)	10.109
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa		24.622	(3.437)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>3.087.594</b>	<b>1.122.370</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lucro líquido do exercício	Nota	Demonstração de Fluxo de Caixa	
		2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.079.958	1.761.678
<b>Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização		968.159	864.602
Provisão para contingências	13	18.388	18.817
Provisão para obsolescência dos estoques	8	19.110	31.883
Provisão para fechamento de mina	14	38.525	30.573
Mudança no valor justo de derivativos	22	8.164	1.059
Perda na venda de ativos		4.238	4.057
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	15.2	1.696.986	239.531
Variações monetárias e cambiais, juros e outros		40.860	(91.583)
<b>3.874.388</b>		<b>2.860.617</b>	

Aumento (redução) de ativos operacionais:	Nota	Demonstração de Fluxo de Caixa	
		2024	2023
Contas a receber e outros ativos		33.762	(31.609)
Estoques		(154.082)	(152.529)
Tributos a recuperar		(269.350)	(99.098)
<b>Aumentos (reduções) de passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		79.787	(4.418)
Tributos a recolher		27.458	54.796
Obrigações com partes relacionadas		3.716	2.615
Outras contas a pagar		57.420	41.104
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>3.653.099</b>	<b>2.671.478</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(585.931)	(500.315)
Pagamento de obrigações para fechamento de mina	14	(35.290)	(35.815)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>3.031.878</b>	<b>2.135.348</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Juros recebidos de partes relacionadas		-	73.312
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(745.762)	(859.510)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		126	695
<b>Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimento</b>		<b>(745.636)</b>	<b>(785.503)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recursos provenientes da liquidação de derivativos		6.128	18.283
Redução do capital social	17.1	-	(109.493)
Pagamento de Dividendos	17.5	(1.522.627)	(1.506.134)
Pagamento de arrendamentos		(8.942)	(5.372)
<b>Caixa líquido (consumido) pelas atividades de financiamento</b>		<b>(1.525.441)</b>	<b>(1.602.716)</b>
<b>Fluxo de caixa gerado no exercício</b>		<b>760.801</b>	<b>(252.871)</b>
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa		333.141	586.012
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa		1.093.942	333.141
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>760.801</b>	<b>(252.871)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2024 e 2023 os ativos financeiros a Companhia estão mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **• O desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;** **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;** **• Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e** **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modificam o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a valor justo	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa para derivativos designados como instrumentos de hedge.

**Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são



... continuação

subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado. **Instrumentos financeiros derivativos: Hedges de fluxo de caixa:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas diferentes da sua moeda funcional. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de opção de câmbio como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento de exercício das opções de câmbio é contabilizada separadamente como custo de hedge, reconhecida em outros resultados abrangentes em um componente separado no patrimônio líquido. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **(viii) Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** a. **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando relevante. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (i) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (ii) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou, o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. b. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos a recuperar, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(ix) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Pagamento baseado em ações:** Os efeitos dos programas de remuneração baseada em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O montante é reavaliado, no mínimo, uma vez no ano, no final do exercício. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício. **(x) Provisões e provisão para fechamento de mina:** Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados onde seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável de seu valor. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, as provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado e, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira. Passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras se forem determináveis e prováveis, e são divulgados nas notas explicativas às informações financeiras, a menos que a sua ocorrência seja considerada remota. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas explicativas se a sua recuperação for considerada provável. **Provisão para fechamento de mina:** As provisões para fechamento e restauração de minas são constituídas no período contábil em que a degradação ambiental ocorre para custos futuros estimados de fechamento, restauração e para custos de recuperação ambiental (que incluem custos como desmontagem e demolição de infraestrutura, remoção de materiais residuais e remediação de áreas contaminadas). Os gastos futuros relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais para fechamento de mina são capitalizados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida a provisão para fechamento e restauração de mina; também conhecidos como ARO (Asset Retirement Obligation). Este ativo é amortizado com base nas unidades produzidas. Os valores presentes das obrigações para fechamento de mina são reavaliados anualmente, ou quando novas informações relevantes se tornam disponíveis. Os ajustes decorrentes das reavaliações anuais são registrados no ativo e no passivo correspondentes. O valor presente das obrigações para fechamento de mina é determinado utilizando uma taxa de juros livre de risco. **(xi) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia determinou que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. A Companhia aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem

**Kinross Brasil Mineração S.A.**

pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(xii) Gastos com estudos e pesquisas minerais:** Os gastos com pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina. **(xiii) Demais direitos e obrigações:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **(xiv) Reconhecimento da receita:** A Companhia aplica a seguinte abordagem em cinco etapas no reconhecimento da receita de contratos com clientes, reconhecendo suas receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato com o cliente; • Identificação das obrigações de desempenho individuais previstas no contrato resultantes da transferência de bens; • Determinação do preço da transação, como contraprestação pela transferência do bem; • Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho individuais identificadas; e • Reconhecimento da receita quando cada obrigação de desempenho individual for cumprida. As vendas de ouro da Companhia são reconhecidas na data em que o título de propriedade é transferido para o comprador, que geralmente ocorre quando o ouro é retirado da Companhia, momento em que ocorre o cumprimento da obrigação de desempenho. **(xv) Resultado abrangente:** O resultado abrangente refere-se à variação nos ativos líquidos da Companhia que resulta de transações, eventos e circunstâncias de fontes que não sejam os acionistas da Companhia e inclui itens que não são incluídos no lucro líquido, tais como hedge e ganhos ou perdas cambiais cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia. **(xvi) Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **(xvii) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, principalmente. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida. Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4. Adoção de novos pronunciamentos e normas contábeis (CPC e IASB) - i. Alterações em políticas contábeis materiais:** Em 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações à norma IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" ("IAS 1"), que esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes deve ser baseada nos direitos existentes na data-base do período de reporte, sendo essa classificação independente das expectativas quanto ao exercício, ou não, do direito de postergar a liquidação do passivo. Para os passivos com cláusulas restritivas (*covenants*), as alterações esclarecem que apenas as cláusulas que exigem conformidade até a data-base impactam a classificação entre passivos circulantes e não circulantes. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na data de adoção, nem no período comparativo apresentado. **ii. Pronunciamentos contábeis recentemente adotados:** Em 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações à norma IFRS 16 - "Arrendamentos" ("IFRS 16"), que introduzem requisitos de mensuração subsequente aplicáveis a transações de venda com arrendamento subsequente, especialmente aquelas com pagamentos variáveis. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário mensure, posteriormente, os passivos de arrendamento, de forma que não seja reconhecido qualquer ganho ou perda relacionado ao direito de uso que permanece com a entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na data de adoção. Em 1º de janeiro de 2024, a Companhia também adotou as alterações à norma IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa" ("IAS 7"), que exigem a divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento com fornecedores. Em complemento, foram emitidas alterações à norma IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros" ("IFRS 7"), exigindo a divulgação sobre o acesso da Companhia a acordos de financiamento com fornecedores que proporcionem à Companhia prazos estendidos de pagamento ou, aos fornecedores, a antecipação de recebíveis. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na data de adoção. **iii. Pronunciamentos contábeis recentes ainda adotados:** Em 15 de agosto de 2023, o IASB emitiu alterações à norma IAS 21 - "Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio e Moeda Estrangeira" ("IAS 21"), para especificar como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações definem que uma moeda é considerada conversível quando pode ser trocada por meio de mecanismos de mercado ou de câmbio que criem direitos e obrigações executáveis, sem atrasos indevidos, na data de mensuração e para a finalidade determinada. Para moedas não conversíveis, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista como a taxa que seria aplicável a uma transação de câmbio ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração, considerando as condições econômicas vigentes. As alterações são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2025 e não se espera que tenham impacto nas demonstrações finan-

ceiras da Companhia. Em 9 de abril de 2024, o IASB emitiu a norma IFRS 18 - "Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras" ("IFRS 18"), que substitui a IAS 1. A IFRS 18 introduz categorias e subtotais definidos na demonstração do resultado, divulgações relacionadas a medidas de desempenho definidas pela administração e requisitos para aprimorar a agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras. Em decorrência da IFRS 18, também foram emitidas alterações à IAS 7, exigindo que as entidades utilizem o subtotal de lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, além da remoção de alternativas de apresentação para juros e dividendos pagos e recebidos. Adicionalmente, foram emitidas alterações à IAS 33 - "Lucro por Ação", permitindo a divulgação de informações adicionais sobre o lucro por ação com base em outros componentes da demonstração do resultado, desde que o numerador corresponda a um total ou subtotal definido pela IFRS 18. A IFRS 18 entra em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, devendo ser aplicada retrospectivamente, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos da norma sobre suas demonstrações financeiras. Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais às normas IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" ("IFRS 9") e IFRS 7. As alterações incluem o esclarecimento sobre a data de reconhecimento ou baixa de passivos financeiros, incluindo aqueles liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento. Também foram introduzidas exigências adicionais de divulgação para aumentar a transparência sobre investimentos em instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI) e instrumentos financeiros com cláusulas contingentes. As alterações entram em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida, e não se espera que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 18 de dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações específicas às normas IFRS 9 e IFRS 7, com o objetivo de aprimorar a divulgação dos efeitos financeiros de contratos de eletricidade vinculados à natureza (como fontes renováveis). As alterações esclarecem os fatores a serem considerados na avaliação de um contrato de eletricidade renovável para fins de qualificação à exceção de uso próprio prevista na IFRS 9, bem como os requisitos para contabilização de hedge quando esses contratos forem designados como instrumentos de hedge em operações de fluxo de caixa futuras relacionadas à venda ou compra de eletricidade. As alterações entram em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações devem ser aplicadas de forma retrospectiva, contudo, não é necessário reapresentar os períodos anteriores. Não se espera que essas alterações tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Gestão de riscos - A** Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos adequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), e aqueles oriundos do risco de liquidez, dentre outros.

**6. Transações sem efeito caixa** - Em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas transações de investimentos e de financiamentos sem efeito de caixa conforme apresentado a seguir:

	Nota	2024	2023
Redução de capital com cessão de recebível	17.1	-	1.322.397
Compensação de créditos fiscais com tributos a recolher e encargos sobre folha		193.146	155.911
Remensuração e adição a provisão de fechamento de mina	4	28.462	137.621
Adição ao direito de uso		6.410	3.304
<b>Total</b>		<b>228.018</b>	<b>1.619.233</b>
<b>7. Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Caixa e bancos</b>			
no país		8.358	3.101
no exterior		12.385	9.683
		<b>20.743</b>	<b>12.784</b>
<b>Aplicações financeiras</b>			
no país (i)		31.957	1.303
no exterior (ii)		1.041.242	319.054
		<b>1.073.199</b>	<b>320.357</b>
		<b>1.093.942</b>	<b>333.141</b>
(i) Moeda local composta por: Compromissada com lastro em Debêntures com remuneração média de 75,0% do CDI (75% do CDI em 2023) e liquidez imediata. (ii) Moeda estrangeira: Overnight com remuneração média de 3,75% a.a., (3,32% a.a. em 2023) com liquidez imediata. De acordo com a política de investimento da Companhia, o caixa aplicado em moeda local é utilizado no curtíssimo prazo (<30 dias) para atender à necessidade de caixa em reais.			
<b>8. Estoques</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>			
Produtos em elaboração		246.480	131.198
Materiais de consumo e almoxarifado		647.810	502.993
Provisão para obsolescência		(170.595)	(117.706)
Pilhas de minério		79.777	19.213
Importações em andamento		3.373	1.544
Outros estoques		442	232
		<b>807.287</b>	<b>537.474</b>
<b>Não Circulante</b>			
Pilhas de minério (i)		308.983	236.104
		<b>308.983</b>	<b>236.104</b>
<b>Total</b>		<b>1.116.270</b>	<b>773.578</b>
(i) Pilhas de minério reconhecidas no não circulante incluem material de baixo teor que será utilizado em exercícios futuros, subsequentes a doze meses.			
<b>Movimentação da provisão para obsolescência</b>		<b>2024</b>	
<b>Saldo Inicial 01/01/2024</b>			<b>(117.706)</b>
Adições		(20.251)	-
Baixas		1.141	-
Efeito de moeda de apresentação		(33.779)	-
<b>Saldo Final 31/12/2024</b>			<b>(170.595)</b>
<b>9. Tributos a recuperar</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>			
PIS e COFINS		109.855	79.242
Outros tributos		3.867	7.193
		<b>113.722</b>	<b>86.435</b>
<b>Não Circulante</b>			
ICMS		130.316	107.276
PIS e COFINS		34.482	35.635
Outros tributos		5	5
		<b>164.803</b>	<b>142.916</b>
<b>Total</b>		<b>278.525</b>	<b>229.351</b>
<b>10. Outros ativos</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>			
Despesas pagas antecipadamente		26.076	21.585
Adiantamento à fornecedores		15.472	16.835
Adiantamentos a empregados		1.936	1.427
Crédito de ICMS vendidos a receber		13.016	3.949
Emprestimo Compulsório a receber (i)		-	39.001
Outros ativos circulantes		929	1.627
		<b>57.248</b>	<b>84.424</b>
<b>Não Circulante</b>			
Crédito de ICMS vendidos a receber		4.258	4.471
Outros ativos não circulantes		23.065	14.686
		<b>27.323</b>	<b>19.157</b>
		<b>84.571</b>	<b>103.581</b>
(i) Em 2000, a Companhia iniciou um processo judicial para obter a devolução dos valores relacionados aos empréstimos compulsórios com a Eletrobrás. Em dezembro de 2023, a Companhia recebeu uma decisão favorável de parte do pleito apresentado pela Companhia, e o valor remanescente permaneceu em discussão judicial. Decorrente da decisão favorável a Companhia reconheceu o contas a receber na parte incontroversa no valor de R\$39.001. Em janeiro de 2024 a Companhia recebeu da Eletrobrás R\$ 323 a título de dividendos. Em julho de 2024 a Companhia recebeu via transferência bancária o montante de R\$ 37.821, referente a parte incontroversa da discussão, o valor remanescente foi revertido na conta de resultado.			

	Terrenos	Máquinas, equipamentos, construções e outros	Desenvolvimento mineral/exploração	Imobilizado em andamento	Intangível	Total de bens tangíveis e intangíveis
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>375.101</b>	<b>15.340.506</b>	<b>495.354</b>	<b>439.648</b>	<b>356.688</b>	<b>17.007.297</b>
Adições	-	140.922	455	858.548	-	999.925
Transferências	5.393	762.291	8.338	(782.905)	6.883	-
Alienações/baixas	-	(48.253)	-	-	(9.963)	(58.216)
Outras transferências	-	(238)	-	-	238	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	(27.432)	(1.172.822)	(36.260)	(7.625)	(40.156)	(1.284.295)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>353.062</b>	<b>15.022.406</b>	<b>467.887</b>	<b>507.666</b>	<b>313.690</b>	<b>16.664.711</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>(8.723.370)</b>	<b>(369.459)</b>	-	<b>(175.285)</b>	<b>(9.268.114)</b>
Depreciação/amortização no período	-	(9.261.339)	(9.260)	-	(8.692)	(17.830.211)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	44.344	-	-	9.691	54.035
Outras transferências	-	223	-	-	(223)	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	417.060	18.327	-	24.592	459.979
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	<b>(8.823.082)</b>	<b>(360.392)</b>	-	<b>(149.917)</b>	<b>(9.333.391)</b>
Exercício findo em 31/12/22	375.101	6.617.136	125.895	439.648	181.403	7.739.183
Exercício findo em 31/12/23	353.062	6.199.324	107.495	507.666	163.773	7.331.320
<b>Custo</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Máquinas, equipamentos, construções e outros</b>	<b>Desenvolvimento mineral/exploração</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Intangível</b>	<b>Total de bens tangíveis e intangíveis</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>353.062</b>	<b>15.022.406</b>	<b>467.887</b>	<b>507.666</b>	<b>313.690</b>	<b>16.664.711</b>
Adições	-	34.871	-	745.382	-	780.253
Transferências	(39)	791.614	7.685	(803.394)	4.134	-
Alienações/baixas	-	(57.011)	-	(2.217)	-	(59.228)
Outros	-	611	-	-	(611)	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	98.524	4.301.655	132.496	68.749	88.372	4.689.796



... continuação

**Kinross Brasil Mineração S.A.**

Custo	Terrenos	Máquinas, equipamentos, construções e outros	Desenvolvimento mineração/exploração	Imobilizado em andamento	Intangível	Total de bens tangíveis e intangíveis
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>451.547</b>	<b>20.094.146</b>	<b>608.068</b>	<b>516.186</b>	<b>405.585</b>	<b>22.075.532</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldos líquido em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>(8.823.082)</b>	<b>(360.392)</b>		<b>(149.917)</b>	<b>(9.333.391)</b>
Depreciação/amortização no período	-	(635.809)	(9.127)	-	(9.134)	(654.070)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	52.283	-	-	-	52.283
Outros	-	-	-	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(2.864.532)	(112.196)	-	(46.496)	(3.023.225)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>(12.271.140)</b>	<b>(481.715)</b>		<b>(205.547)</b>	<b>(12.958.402)</b>
Exercício findo em 31/12/23	353.062	6.199.324	107.495	507.666	163.773	7.331.320
Exercício findo em 31/12/24	451.547	7.823.006	126.353	516.186	200.038	9.117.130

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se havia algum indicativo de que seus ativos imobilizado e intangível estejam avaliados por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de não realização de seus ativos e, portanto, nenhum ajuste é requerido. As adições incluem R\$ 6.410 em direitos de uso de ativos para contratos de arrendamento celebrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.304 em 31 de dezembro de 2023). Depreciação, exaustão e amortização incluem depreciação para ativos arrendados de direito de uso de R\$ 5.889 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.770 em 31 de dezembro de 2023). O valor contábil líquido das baixas do imobilizado e equipamentos de direito de uso com um valor contábil líquido agregado de R\$0,4 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.357 em 31 de dezembro de 2023).

12. Fornecedores e contas a pagar	2024	2023
<b>Fornecedores</b>		
Mercado Interno	161.651	215.119
Mercado externo	3.651	15.000
<b>Total</b>	<b>165.302</b>	<b>230.119</b>
<b>Provisões a pagar para</b>		
Aquisições de ativos fixos	41.305	58.348
Aquisições de estoques	43.689	15.725
Gastos operacionais	118.938	103.465
<b>Total</b>	<b>203.932</b>	<b>177.538</b>
<b>13. Provisões para contingências</b>		
Contingências civis	8.008	3.740
Contingências trabalhistas	12.154	11.256
Contingências tributárias	207.048	195.801
<b>Total</b>	<b>227.210</b>	<b>210.797</b>

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. Segue a movimentação para as provisões para contingências prováveis da Companhia:

	2023	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Contingências civis	3.740	38.839	(32.659)	(1.912)	<b>8.008</b>
Contingências trabalhistas	11.256	1.461	(500)	(63)	<b>12.154</b>
Contingências tributárias	195.801	11.247	-	-	<b>207.048</b>
<b>Total</b>	<b>210.797</b>	<b>51.547</b>	<b>(33.159)</b>	<b>(1.975)</b>	<b>227.210</b>

**13.1. Provisões constituídas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas. As principais contingências, que se encontram em curso e foram provisionadas para fazer face ao valor estimado de perda são como seguem: (i) **Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui provisão relativa a passivos cíveis no montante de R\$ 8.008 (2023 – R\$ 3.740), sendo certo que o valor está pulverizado em várias ações com objetos distintos. (ii) **Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui provisão relativa a passivos trabalhistas no montante de R\$ 12.154 (2023 – R\$11.256), sendo certo que o valor está pulverizado em várias ações com objetos distintos. (iii) **Tributárias:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante atualizado de R\$ 533.832 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$ 511.580), incluindo principal, multa e juros. O autor refere-se basicamente à dedução da amortização do ágio. A Companhia apresentou defesa e o processo encontra-se em âmbito administrativo. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas relacionadas às apurações dos anos-calendário de 2005 a 2024, no valor de R\$ 141.001 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$ 135.363) sendo o restante do valor considerado como possível. Além da provisão acima a Companhia reconhece ainda outras provisões oriundas de transações provenientes de anos anteriores. Com base em informações de seus consultores legais o montante total atualizado das provisões tributárias é de R\$ 66.047 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$ 60.438). **13.2. Outros processos relevantes em andamento:** A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis. O montante total atualizado das contingências tributárias classificadas como possíveis é de R\$ 721.136 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$ 686.697). Para as demais contingências classificadas como possíveis o montante é de R\$ 298.822 (2023 – R\$ 190.222). Dentre as principais ações classificadas como possíveis destaca-se: (i) **Ações Tributárias – Drawback Estadual e Federal:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a atos concessórios dos anos de 2004 a 2008 e 2011 com relação à suposta incidência de imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS em operação de Drawback. Em 31 de dezembro de 2024, o valor envolvido corresponde a R\$ 38.357 (2023 – R\$ 37.217). **13.3. Depósitos judiciais:** A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 62.134 (2023 – R\$ 46.442), a título de depósitos judiciais, relacionados aos processos judiciais em curso, baseados na avaliação de seus assessores jurídicos e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	2024	2023
Depósitos judiciais tributários	4.875	1.821
Depósitos judiciais trabalhistas	2.414	2.760
Depósitos judiciais ambientais	50.550	37.758
Outros depósitos judiciais	4.295	4.103
<b>Total</b>	<b>62.134</b>	<b>46.442</b>

14. Provisão para fechamento de mina	2024	2023
<b>Em 01 de janeiro de</b>	<b>568.179</b>	<b>470.050</b>
Atualização monetária	38.525	30.573
Pagamentos	(35.290)	(35.815)
Reavaliação da provisão	28.462	137.621
Varição Cambial	159.547	(34.250)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>759.423</b>	<b>568.179</b>
Circulante	90.909	58.270
Não circulante	668.514	509.909

A Companhia conduz suas operações de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente, e a cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis que regem a proteção do meio ambiente. As obrigações de recuperação e remediação surgem ao longo da vida da mina. A Companhia estima os custos futuros de recuperação com base no nível de atividade de mineração atual e nas estimativas de custos necessários para cumprir as obrigações futuras. A maioria dos gastos é esperada para ocorrer entre 2025 e 2026. As taxas de desconto usadas na estimativa da obrigação de custo de restauração foram entre 4,3% e 8,4% para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 (ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 – 3,8% e 8,4%), e as taxas de inflação usadas foram entre 1,9% e 4,2% para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 (ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 – 2,0% e 4,5%). Em 30 de dezembro de 2023, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto nº 48.747, que regulamenta a exigência de constituição de caução ambiental para garantir a desativação de barragens e a recuperação socioambiental em caso de eventuais acidentes decorrentes dos barramentos. A caução deve ser mantida ao longo de toda a vida útil da barragem, desde sua instalação até a conclusão da descaracterização e recuperação ambiental. Em setembro de 2024, a Companhia protocolou as propostas de caução ambiental no valor total de R\$ 986.630.249,25, sujeito a correção monetária. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2024, foi publicado o Decreto nº 48.977, que alterou o Decreto nº 48.747 e estabeleceu um novo cronograma para implementação. De acordo com essa alteração, o prazo para constituição da garantia passou a ser contado a partir da aprovação da proposta pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o que ainda não ocorreu. A Companhia efetuou, conforme previsto no cronograma inicial do Decreto, o protocolo e implementação de 50% da garantia para suas estruturas antes da alteração, composta por Seguro-Garantia para as barragens Santo Antônio, Tanque Específico XII, Tanque Específico XI, Tanque Específico X, Tanque Específico IX-B, e Fiança para a Barragem Estuário, no valor total de R\$ 500.197.030,08. A Companhia continuará acompanhando a tramitação de sua proposta junto à FEAM e monitorando o prazo para implementação do valor remanescente da garantia. **15. Imposto de renda e contribuição social – 15.1. Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2024	2023
<b>Diferenças temporárias oriundas das diferenças entre base contábil e fiscal</b>		
Ativo imobilizado	(1.652.616)	(1.077.688)
Provisão para fechamento de mina	141.426	193.181
Estoques	(61.350)	(1.712)
Capitalização de hedge e variação cambial	(31.352)	(32.973)
Perdas diferidas de variação cambial	114.916	63.628
Provisões	137.018	115.782
Hedge de fluxo de caixa	16.598	(7.961)
Varição no valor justo de instrumentos de capital	176	-
IFRS 16	3.485	2.782
<b>Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos</b>	<b>(1.331.698)</b>	<b>(744.962)</b>
<b>Total do IR e CSLL diferido ativo</b>	<b>413.620</b>	<b>375.372</b>
<b>Total do IR e CSLL diferido passivo</b>	<b>(1.745.318)</b>	<b>(1.120.334)</b>

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral. Abaixo, a movimentação dos impostos diferidos:

	Resultado	Resultado abrangente	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>(1.055.999)</b>	<b>(4.524)</b>	<b>(1.060.523)</b>
Ativo imobilizado	234.946	-	234.946
Obrigações para retirada de ativos – ARO	33.364	-	33.364
Estoques	22.823	-	22.823
Capitalização de hedge e variação cambial	3.130	-	3.130
Perdas diferidas de variação cambial	(15.097)	-	(15.097)
Provisões	40.090	-	40.090
Hedge de fluxo de caixa	-	(3.437)	(3.437)
IFRS 16	(257)	-	(257)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>(737.001)</b>	<b>(7.961)</b>	<b>(744.962)</b>
Ativo imobilizado	(574.928)	-	(574.928)
Obrigações para retirada de ativos – ARO	(51.755)	-	(51.755)
Estoques	(59.638)	-	(59.638)
Capitalização de hedge e variação cambial	1.621	-	1.621
Perdas diferidas de variação cambial	51.288	-	51.288
Provisões	21.173	-	21.173
Hedge de fluxo de caixa	-	24.622	24.622
Varição no valor justo de instrumentos de capital	-	176	176
IFRS 16	703	-	703
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>(1.348.535)</b>	<b>16.837</b>	<b>(1.331.698)</b>

**15.2. Imposto de renda e contribuição social no resultado:** A reconciliação da alíquota efetiva em 2024 e de 2023 é como segue:

	2024	2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>2.776.944</b>	<b>2.001.209</b>
<b>Ajustes no resultado por adições (exclusões)</b>		
Ajustes de anos anteriores	(5.477)	(4.621)
Doações e contribuições não dedutíveis	9.679	4.896
Custos e despesas não dedutíveis	13	32
Efeito de conversão sobre Ativo Imobilizado	1.690.964	(691.017)
Efeito de conversão sobre ARO	186.749	(84.691)
Efeito da moeda de conversão	202.760	(67.202)
Efeito de conversão do resultado	203.492	241.084
Diferença de taxa de depreciação (Contábil/Fiscal)	(68.082)	(134.262)
Opção de Ações	11.861	6.094
Juros sobre o capital próprio	-	(557.758)
Outras exclusões Permanentes	(10.091)	(2.971)
Base de cálculo	4.998.812	710.793
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social apurados</b>	<b>1.699.596</b>	<b>241.669</b>
Deduções diversas (PAT, FIA, OCAC, Adicional 10%)	2.610	2.138
<b>Imposto de renda e contribuição social após as deduções</b>	<b>1.696.986</b>	<b>239.531</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.085.452)	(558.529)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(611.534)	318.998
<b>Total da despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.696.986)</b>	<b>(239.531)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-61,11%</b>	<b>-11,97%</b>

**16. Compromissos** – Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha contratos para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado no valor de R\$ 5.014.809 (31 de dezembro de 2023 R\$ 4.707.084), dos quais R\$ 812.261 refere-se a compromissos para compras de imobilizado (31 de dezembro de 2023 R\$ 724.922). **17. Patrimônio líquido – 17.1. Capital social:** O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 437.756 subscrito e integralizado representado por 376.708 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. No dia 20 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a redução do Capital Social da Companhia no valor de R\$1.431.890, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., com o cancelamento da totalidade das ações preferenciais. Em contraprestação à redução de capital, o valor total correspondente à redução do capital social da Companhia foi devolvido proporcionalmente aos Acionistas Preferenciais, mediante a entrega dos créditos e valores aos acionistas, em parcela única, conforme apresentado a seguir:

	Nº de Ações Preferenciais	Cessão de Recebível	Valores pagos em Reais	Total da redução de capital
Acionista				
Kupul Ventures Limited	105.599	1.008.187	47.803	1.055.999
Avrilus Holding Limited	31.421	314.210	-	314.210
KP Participações Ltda.	6.169	-	61.690	61.690
<b>Total</b>	<b>143.189</b>	<b>1.322.397</b>	<b>109.493</b>	<b>1.431.890</b>

Em virtude dessa redução citada acima, o Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 437.756 (31 de dezembro de 2023 R\$ 1.869.646) subscrito e integralizado representado por 376.708 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **17.2. Reservas de capital:** As reservas de capital são compostas por Restricted Share Units (“RSU”) conforme descrito na nota explicativa no 18. **17.3. Ajuste acumulado de conversão**

	2024	2023
<b>Em 01 de janeiro</b>	<b>4.415.962</b>	<b>5.065.379</b>
Ajustes de conversão sobre:		
Despesa antecipada	3.032	(307)
Estoques	176.709	(67.323)
Imobilizado	1.624.696	(808.752)
Intangível	41.876	(15.564)
Outros	5.968	1.445
Resultado	203.492	241.084
<b>Em 31 de Dezembro Final</b>	<b>6.471.735</b>	<b>4.415.962</b>

**17.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** Compreende os saldos a valor justo das operações de hedge não realizadas, na medida em que o hedge é considerado efetivo, líquidas de imposto de renda diferido. Compreende também os saldos a valor justo das ações disponíveis para venda, líquidas de imposto de renda diferido. O montante reconhecido a título de ajuste de avaliação patrimonial foi negativo em R\$ 48.137 em 31 de dezembro de 2024 (Em 2023 houve aumento de R\$ 6.672). **17.5. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A Companhia tem previsto em seu estatuto social a distribuição aos seus acionistas de 25% do resultado do exercício como dividendos mínimos obrigatórios. A destinação do saldo remanescente é conforme determinado em Assembleia Geral. Destinações a título de dividendos:

	Nota	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dividendos declarados ref. a 2023		-	-	1.093.003	-	-	-	1.093.003
JCP 2023		-	-	557.758	-	-	-	557.758
Pagos em 2023		-	-	(1.506.134)	-	-	-	(1.506.134)
Dividendos e JCP a pagar 31/12/2023	19.2	-	-	144.627	-	-	-	144.627
Dividendos declarados ref. a 2024		-	-	2.278.000	-	-	-	2.278.000
Pagos em 2024		-	-	(1.522.627)	-	-	-	(1.522.627)
Dividendos a pagar 31/12/2024	19.2	-	-	900.000	-	-	-	900.000

Os proventos foram deliberados em reais (BRL), enquanto a moeda funcional da Companhia é o dólar americano (USD). De acordo com o ICP 08 (R1), os valores foram convertidos para a moeda funcional na data da liberação e, até a efetiva liquidação, estiveram sujeitos à variação

**22.2. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática o recebimento à vista da maioria das vendas de ouro e prata. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha,

cambial, com os respectivos efeitos reconhecidos no resultado do exercício. Os dividendos relativos ao lucro de 2024 foram parcialmente distribuídos durante o exercício, com base em balanço intermediário, e parcialmente declarados e pagos em março de 2025, antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras de 2024. Estes últimos foram reconhecidos no passivo de 31 de dezembro de 2024, conforme os itens 137 e 138 do CPC 26 (R1), sendo que deste valor R\$269.990 eram referentes ao mínimo obrigatório. **18. Pagamento baseado em ações** – A matriz da Companhia no Canadá (Controladora) concede aos administradores no Brasil os planos para pagamentos baseados em ações denominados Restricted Share Units (“RSU”). Estes planos são exercíveis ao longo de 3 anos após a data de concessão, sendo 1/3 exercível a cada ano. A movimentação dos planos é apresentada a seguir:

	2024	2023
<b>RSU</b>		
<b>Saldos em 1 de janeiro</b>	<b>490.518</b>	<b>306.364</b>
Concedidas	219.838	6,83
Exercidas	(182.366)	6,35
Reinvestidas	7.774	6,1
Canceladas	(81.119)	5,74
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>454.645</b>	<b>490.518</b>

Os valores justos das “RSU” são mensurados com base no preço da ação na data da concessão. Não há opções em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Nenhuma opção foi concedida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **19. Partes relacionadas – 19.1. Remuneração do pessoal-chave da administração:** São consideradas pessoas chave da Administração os Vice-Presidentes, membros da diretoria e os gerentes sênior da Companhia. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Remuneração	26.505	21.260
Previdência privada	582	365
Termo de incentivo de longo prazo (LTI)	3.244	1.512
<b>Total</b>	<b>30.331</b>	<b>23.</b>



... continuação

**Kinross Brasil Mineração S.A.**

a contratação de operações de proteção com derivativos para mitigar esses riscos. Resumo da exposição a taxa de câmbio:

	2024	2023	
Ativo	404.091	336.408	
Passivo	1.590.329	1.217.535	
Os instrumentos financeiros que impactam o resultado da Companhia ou outros resultados abrangentes devido a variações cambiais incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos de longo prazo, contas a pagar, impostos a recolher, outras contas a pagar e outras provisões denominadas em moedas estrangeiras. <b>Análise de sensibilidade:</b> Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Dólar contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.			
	<b>Cenário Real (US\$)</b>	<b>Valorização (US\$) +10%</b>	<b>Desvalorização (US\$) -10%</b>
Taxa câmbio – (Risco – R\$/US\$)		6,1923	6,8115
Total Ativo	404.091	65.257	59.325
Total Passivo	1.590.329	256.824	233.476
<b>Exposição líquida em Reais registrada no balanço</b>	<b>1.994.420</b>	<b>322.081</b>	<b>292.801</b>

**22.4. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia não conseguir cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A previsão do fluxo de caixa é preparada e analisada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais por exemplo, restrições de moeda. **22.5. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, principalmente o risco de oscilações de moedas diferentes da sua moeda funcional. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são classificados como hedges de fluxo de caixa. As técnicas de avaliação usadas para medir o valor justo dos contratos derivativos é: Os contratos derivativos da Companhia são avaliados usando modelos de precificação e a Companhia geralmente utiliza modelos semelhantes para avaliar instrumentos semelhantes. Esses modelos de precificação requerem uma variedade de inputs, incluindo fluxos de caixa contratuais, preços de mercado cotados, curvas de rendimento aplicáveis e spreads de crédito. O valor justo dos contratos derivativos é baseado em preços de mercado cotados para contratos comparáveis e representa o valor que a Companhia teria recebido de, ou pago a uma contraparte para desfazer o contrato nas taxas de mercado cotadas em vigor na data do balanço consolidado e, portanto, os contratos derivativos são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de valor justo. Durante

o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências entre medições de valor justo de Nível 1 e Nível 2, assim como, também não houve transferências de valor justo de Nível 3. A tabela a seguir resume informações sobre os contratos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024		2023	
	Valor Justo	ORA	Valor Justo	ORA
<b>Ativo circulante</b>				
Contratos futuros de câmbio (i)	2	1	26.353	15.742
<b>Passivo circulante</b>				
Contratos futuros de câmbio	(37.398)	(22.105)	-	-
<b>Passivo não circulante</b>				
Contratos futuros de câmbio	(16.833)	(9.950)	-	-
	<b>(54.229)</b>	<b>(32.054)</b>	<b>26.353</b>	<b>15.742</b>
(i) Contratos a termo e "Collar contract" de moeda estrangeira. A tabela a seguir fornece um resumo dos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas maturidades:				
<b>Moeda estrangeira</b>			<b>2025</b>	<b>2026</b>
Real brasileiro ("Collar" sem custo) (em milhões de dólares americanos)			\$ 167,8	\$ 84
Preço médio de exercício de venda (real brasileiro)			5,16	5,50
Preço médio de exercício de compra (real brasileiro)			6,64	7,94

Gilberto Carlos Nascimento Azevedo – Presidente Brasil  
Gustavo de Andrade Geovanini – Contador CRC-MG 75.540/O-2

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Diretores e Administradores da **Kinross Brasil Mineração S.A.** Belo Horizonte-MG.  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Kinross Brasil Mineração S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kinross Brasil Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards*

*Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2025.

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Ltda. Poliana Silveira Rodrigues  
CRC-SP 014.428/O-6 F-MG Contadora CRC-MG 089.473/O-0

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/C1D5-9062-3C6E-EC03> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C1D5-9062-3C6E-EC03



### Hash do Documento

TeQWmkCvWp7oOQvwN3iNuh14lgNavwyZlkCNI+SzKXg=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/05/2025 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 01/05/2025 10:19

UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

